

790

Cidades e Serviços

Queixas e Reclamações

"O irresponsável privilégio indígena"

Sr.: Publicou o Estado carta do dr. Roberto G. Baruzzi, professor titular da Escola Paulista de Medicina, sob o título "O irresponsável privilégio indígena", na qual são tecidas considerações a propósito de carta anterior, de minha autoria, publicada sob aquele mesmo título, na edição do Estado de 10/9. Lamentavelmente, o citado facultativo atribuiu-me afirmativas que eu não fiz. Para que se possa verificar que o dr. Roberto G. Baruzzi faltou à verdade, transcreverei a seguir, na íntegra, as suas palavras, depois as minhas. No trecho do dr. Roberto G. Baruzzi ele inseriu entre aspas, períodos que levam o leitor à suposição de que são transcrições literais da minha carta, o que se verificará que nem isso é verdade. Eis o trecho da carta do dr. Roberto G. Baruzzi: "Algumas assertivas do autor, no referido artigo, causaram-me profunda estranheza, primeiro ao afirmar que os médicos defendem o confinamento das tribos indígenas em áreas completamente isoladas e a seguir de que "o médico, por sua presença, é responsável por um processo violento de destruição da cultura indígena desmoralizando o pagé, com suas pagelanças".

Em seguida, transcrevo o trecho da minha carta de 10/9: "Acho curioso que muitos dos que mais defendem o confinamento das tribos indígenas são os que mais se interessam em proporcionar-lhes assistência médica. E, no entanto, a presença dos nossos médicos nas aldeias indígenas é o mais poderoso meio de se desmoralizar uma das mais

sagradas instituições tribais, ou seja, o pagé com suas pagelanças".

Isso, o que realmente escrevi e foi publicado. Verifica-se que onde escrevi "muitos dos que mais defendem o confinamento das tribos indígenas", o dr. Roberto G. Baruzzi considerou que escrevi "os médicos defendem o confinamento das tribos indígenas". Não sei em que curso de Língua Portuguesa o dr. Roberto G. Baruzzi aprendeu que "muitos" é sinônimo de "médicos". Pelo que sei, "muitos" é o plural do pronome indefinido "muito", que se aplica a qualquer cidadão deste país, de qualquer profissão, de qualquer sexo e idade. Portanto, não considero que o dr. Roberto G. Baruzzi tenha agido daquela maneira por levandade ou má-fé, com o objetivo de me indispor com a ilustre classe médica e com os leitores do Estado, mas sim, fê-lo por desconhecer certas particularidades da nossa língua. Por outro lado, devo esclarecer que a referência feita foi ocasional, ou seja, numa carta que foi publicada com exatamente 187 (cento e oitenta e sete) linhas, somente aquele período, que tem exatamente 13 (treze) linhas, se refere especificamente à presença dos médicos nas tribos indígenas, que "muitos" defendem, inclusive eu, o autor desta carta. Além dos médicos, eu poderia citar outros profissionais que, exercendo suas atividades nas tribos indígenas, constituem também poderosos fatores de destruição da sua cultura: engenheiros, farmacêuticos, escritores, industriais, comerciantes, etc. Ou seja, estão todos incluídos naquela categoria dos "muitos", a que já me referi.

Diz o dr. Roberto G. Baruzzi que era de se esperar que a minha carta desse alguma contribuição para a solução da "problemática indígena", expressão essa que ele me atribui mas na realidade não se encontra em minha carta. Agradeço-lhe por considerar que sou uma pessoa indicada para apresentar tal solução, embora frustrando sua expectativa, por não apresentá-la. Acontece que considero ser tão importante apresentar todos os dados de um problema, quanto apresentar a sua solução. Além do mais, não seria numa simples carta que teve por objetivo principal aplaudir o editorial do Estado intitulado "O irresponsável privilégio indígena" (4/9), que iria ocupar mais espaço para expender o meu ponto de vista. Sugere-me o dr. Roberto G. Baruzzi uma visita ao Parque Nacional do Xingu, para verificar se o atendimento médico lá feito pela equipe da Escola Paulista de Medicina, desmoralizou os pagés das tribos. Convide desnecessário, pois basta verificar aquele período de 13 (treze) linhas da minha citada carta, para que qualquer pessoa se certifique de que não mencionel expressamente a equipe da Escola Paulista de Medicina. Aquele período da minha carta refere-se de maneira global à população indígena do Brasil. Aliás, nem teria sentido que eu particularizasse o Parque Nacional do Xingu, cuja população indígena talvez não chegue a 2% da total existente no Brasil. Aliás, considero mesmo que o alarde que sempre se fez em torno do Parque do Xingu, tanto a nível nacional como internacional, serviu infelizmente para desviar a

atenção do público para o problema maior, que é o da população indígena total do Brasil que deve constituir talvez 98%. Isso sempre verifiquei ao entrar em contato com as tribos indígenas da Amazônia, que nunca tiveram espaço na imprensa, no rádio, na televisão, e deixo bem claro que não estou culpando a classe médica por esse fato.

Mas, voltando à crítica que me foi feita pelo dr. Roberto G. Baruzzi, por não ter eu apresentado nenhuma solução para a "problemática indígena" (expressão sua, não minha), devo dizer-lhe que aproveitarei agora a sua sugestão. E ao enviá-la ao Estado, embora seja uma carta não muito extensa, espero merecer a benevolência do prestigioso matutino, publicando-a. Aliás, no dia 27 de outubro de 1948, coube-me lançar publicamente e pela primeira vez, na imprensa desta Capital, a idéia do Parque Nacional do Xingu. Nessa campanha pública, outras pessoas se engajaram, e assim, durante dois anos lutamos para a concretização do Parque, até que outros abnegados a levaram a bom termo. Sou, pois, um velho lutador em favor do nosso índio. Mas, passados 32 anos do início daquela experiência pioneira, e das outras minhas experiências pelos mais índios sertões brasileiros, pela primeira vez virei a público, hoje, para dizer o que penso agora sobre o assunto. Se não para resolvê-lo, ao menos para acrescentar novos dados do problema, os quais nem eram ao menos vislumbrados há 32 anos. Manoel Rodrigues Ferreira, Capital.

Sr.: Só agora tomei conhecimento do editorial publicado — O Irresponsável Privilégio Indígena.

Embora tardiamente, sinto-me obrigado, pelo conhecimento que tenho do assunto, a prestar alguns esclarecimentos, pedindo-lhe desde já a sua publicação na íntegra.

Trata-se de um ataque feito pelos Gorotirés (Kaipó) a um grupo de peões, trabalhadores de uma fazenda de criação das vizinhanças. Como sempre acontece, a imprensa abre manchetes, o "massacre" é ainda mais intolerável por se tratar de um grupo que vive pacificamente há vários anos.

Não querendo ser, absolutamente, dono da verdade, vou citar fatos que melhor possam esclarecer, numa espécie de testemunha ocular da história.

Antes porém convém dizer que não sou político, não estou ligado a nenhuma sigla ou "sopinha de letras", nem sequer sou eleitor, por haver passado da idade-limite que me obriga a lei.

Acho que não há irresponsável privilégio e sim um direito que assiste ao índio garantir a terra que habita, que lhe foi reservada, que lhe é necessária para sua sobrevivência. Não concordo, de forma alguma, com a forma com que agiram, matando pobres peões e suas famílias, quando eles sabem que os invasores e seus mandantes são ricos fazendeiros que julgam poder comprar, além de gado, consciências, inclusive de autoridades inidôneas. Se matassem Hitler não teria havido a 2ª Guerra Mundial.

Defender a sua terra, como disse, é um direito, principalmente quando o órgão criado para defendê-lo se omite, é às vezes conivente e só aparece depois dos fatos consumados, quando já devastaram a floresta, quando o conhecido agente laranja da Dow Chemical fez seus efeitos.

Esse é um processo conhecido há mais de quatro séculos, o de engordar o sapo pra cobra comer.

Quando assumi a chefia da 2ª Inspeção Regional do S.P.I. em Belém, isso em meados de 1.941, já encontrei os Gorotirés vivendo sem atritos com o que chamavam de "civilizados" na região. Viviam em frente ao povoado Nova Olinda, no rio Fresco. Como sempre acontece, quando os primeiros contactos dos índios são feitos com a escória da sociedade envolvente, eles recebem, como primeiro impacto, a cachaça, a prostituição, doenças venéreas e toda a sorte de misérias, levadas pelos aventureiros, castanheiros, seringueiros, "gateiros" e principalmente garimpeiros.

Estariam fatalmente extintos se tivessem continuado naquela localidade. — O Inspetor Cícero Cavalcanti de Albuquerque, que substituiu o Inspetor Pedro Silva, transfere-os para Novo Ho-

rizonte, região de campo, no alto rio Fresco. — Essa providência fez com que eles conseguissem levantar-se e aumentar sua população.

Curt Nimuendaju, creio que em 1940, esteve entre os Gorotirés. Sua pesquisa foi publicada na Revista do Museu Paulista v.6, nova série, pág. 427/453, em 1952. — Uma leitura nesse trabalho, feito por um dos antropólogos mais capacitados e devotados ao índio que conheci, dá uma medida certa do que havia naquele tempo.

Nimuendaju cita vários massacres contra os índios, como os de Consantino Viana, em Porto Seguro, de Tibúrcio, nos campos de Conceição, onde depois de dar-lhes comida e cachaça liquidou com quase todos. Os relatórios do S.P.I. da época trazem, com minúcias, essa situação, que ontem, como hoje, nada mais é que a invasão do território indígena.

Logo após a minha chegada e quando os Gorotirés ainda viviam em Nova Olinda, o então Inspetor Pedro Silva trouxe ao meu conhecimento que o seringalista Inácio Silva e seu bando haviam matado Pedro Lemos, outro seringalista vizinho, e sua família e que estavam jogando a culpa nos índios. — Esse mesmo Inácio Silva havia massacrado vários índios em uma ilha das proximidades. — Oferecendo aos índios presentes, estes, ao estenderem a mão para recebê-los, eram golpeados no pescoço e seus corpos atirados no rio.

Entrei em entendimento com o governador Magalhães Barata, que sempre nos deu a mais decidida colaboração, e este determinou à Secretaria de Segurança Pública que mandasse elementos da polícia militar ao local, acompanhados pelo Inspetor Pedro Silva. — A farsa de Inácio Silva foi desmascarada e foi ele preso com seu bando e trazido à Belém, onde ficou detido na então cadeia de São José. — Foi instaurado inquérito e Inácio Silva com seus asseclas aguardavam julgamento.

Por motivos desconhecidos, talvez mais próximos a suborno de autoridades da polícia civil, Inácio Silva conseguiu evadir-se e, com carteira de identidade falsa, chegou até Salvador, onde foi visto, depois de algum tempo, perambulando pela cidade. — Dinheiro ele tinha, pois era um dos seringalistas financiados pelo Banco da Amazônia.

O que sobrou do bando de assassinos foi julgado, por medida de segurança, na Comarca de Monte Alegre, tendo sido o processo desafiado de Altamira, onde, obviamente, seriam libertados.

Os Gorotirés dedicam-se, há muitos anos, à coleta de castanha do Pará, ao caucho, aos seus roçados, à caça e à pesca. — Cabe aqui dizer que jamais vi índio algum fazer quelmada na mata para caçar. Decididamente eles ainda não assistem pela TV os filmes de "Tarzá".

Ao governador Magalhães Barata requeri reservas para os índios Gorotirés, Gavião de Mãe Maria e da "Montanha", para os Mundurucu, do rio Cururu (Tapajós), para os Kalaby no Teles Pires, e para os Tembé, Urubu e remanescentes Timbira, no alto Guamá. Todas elas foram publicadas pelo Diário Oficial do Estado e devem constar dos arquivos do Centro de Documentação do Museu do Índio para onde foram transferidos todos os arquivos das antigas Inspetorias do S.P.I. — Os arquivos da 2ª Inspeção tive ocasião de verificar quando eram arrumados no Museu do Índio e era, toda a documentação, encadernada.

De 1941 a 1947, como se ve em pleno período da 2ª guerra mundial, estive na Chafia da 2ª Inspeção. Em momento algum deixei de defender o interesse dos índios, fosse contra quem fosse e jamias medi conseqüências. O esforço de guerra, a "batalha da borracha", como que justificavam todas as negociações, inclusive com as terras onde habitavam índios. Agia de acordo com as leis de proteção aos índios e comunicava aos meus superiores, que sempre concordavam. Sempre tive o maior apoio do diretor do S.P.I. Cel. Vicente Vasconcelos, como de Estigarriba, ambos antigos colaboradores de Rondon, e deste mesmo que estava na Presidência do C.N.P.I.

Havia portanto um entrosamento, necessário para o êxito de qualquer administração. Havia mais que isso — idealismo. Tanto a direção quanto o pessoal da Inspeção conheciam e tinham vivência do problema. Não havia mordomias, as verbas eram curtas demais, era preciso tirar leite de pedra, mas trabalhávamos e defendíamos o índio. De nossa parte nunca houve o medo de perder o emprego, nunca fomos coniventes com falcatruas e sempre punimos os que não aceitavam as regras do jogo.

Qualquer interferência de políticos e seus planos eleitorais eram prontamente refutados. Os tempos eram outros!

Na direção do S.P.I. e com a colaboração inestimável do CAN (Correio Aéreo Nacional) construímos vários campos de pouso para aviões de pequeno porte e Cavalcanti, com o auxílio dos próprios Gorotirés e, mais tarde dos Kuben-kran-kein, construímos os campos que foram inaugurados e que serviriam para a Linha Auxiliar do Araguaia. Na primeira viagem com dois pequenos aviões sob comando do Cel. Nelson Lavarnere Wanderley, majores Souza Leão e Leal Neto, fomos em companhia dos repórteres do "O Cruzeiro" — Arlindo Silva e José Medeiros. Estes ficaram em companhia do Inspetor Cavalcanti para a sua primeira viagem de contacto com os Kuben-kran-kein, mais tarde publicada em excelen-

te reportagem pela revista citada. Estou citando fatos e nomes.

Os Gorotirés além da assistência do S.P.I. e posteriormente da Funai, sempre contaram com a assistência de missionários protestantes notadamente Horace Banner e da Missão Católica do preciosíssimo Sangue, onde conheci monsenhor Lukesck (São Felix do Xingu) e Pe Eurico Krautler, salvo engano, atualmente Bispo de Altamira.

O fato que levou os Gorotirés à essa medida extrema e que levou outro grupo, os Mentuktirés, do Parque do Xingu, a agirem de maneira drástica, não se deve somente ao conhecido desrespeito de fazendeiros e de grupos econômicos às leis que protegem o índio, mas a omissão e até mesmo conivência da própria Funai. Elementos sem idoneidade alguma, corruptos, ocuparam ou ocupam postos de projeção, sejam delegados, advogados, ou até mesmo meros encarregados de Postos, e continuamente forjam informações capciosas, até mesmo dentro do DGPI, como já aconteceu, levando a administração a mais completa confusão administrativa.

E demais antiga a prática de empurrar gado para dentro das terras dos índios, tirarem marcos, mudarem rumos, falsificaram até mesmo plantas de demarcação. O poder econômico compra sempre esse tipo de leproso moral. Portanto há necessidade de uma mudança na política indigenista, mas não com relação ao que se relaciona com o índio, mas com a estrutura da Funai que, desde sua criação sofre de macrocefalia. Muita gente em Brasília, muito assistente, muito assessor, gabinetes, etc. é uma parafernália muito grande e dispendiosa e, de certa forma inútil.

No maisnado S.P.I. tínhamos além do diretor, 3 seções com 5 a 6 funcionários em cada uma. Na Inspeção em Belém trabalhava, com os mesmos problemas de hoje, com 1 datilógrafo, um arquivista, 1 servente e 1 Inspetor para viagens ao Guamá e Tocantins, além do pessoal da lancha, 4 tripulantes contando com o mestre. Atualmente na 2ª Delegacia (Pará) só na sede "trabalham" 56 funcionários, 29 nas ajudâncias de Altamira, Itabuba e Marabá e cerca de 139 espalhados pelas turmas de atração e postos. Não quero aqui mencionar os vencimentos nem as mordomias.

Já estou muito longo, mas, antes queria dizer ao fazendeiro advogado que, na presença dos Mentuktirés, aconselhou o presidente da Funai a proceder como o célebre general Custer e sua famosa cavalaria, isso há mais de um século. Saiba que para cada general Custer da vida, há sempre um cacique "Touro Sentado"....

José Maria da Gama Malcher, Petrópolis.